Transição para a formalidade

O PAPEL DA ESS

JÜRGEN SCHWETTMANN,
SETEMBRO DE 2021

O que queremos dizer com economia informal?

Recomendação 204 (2015)

O termo 'economia informal':

a) Refere-se a todas as atividades econômicas dos trabalhadores e unidades econômicas que - na lei ou na prática - não estão cobertas ou não estão suficientemente cobertas por acordos formais

(b) não cobre atividades ilícitas, em particular a prestação de serviços ou a produção, venda, posse ou uso de bens proibidos por lei, incluindo a produção ilícita e o tráfico de drogas, a fabricação e o tráfico ilícitos de armas de fogo, o tráfico de pessoas, e lavagem de dinheiro, conforme definido nos tratados internacionais relevantes.

Esclarecimento de termos

O **sector informal** consiste em empresas informais e trabalhadores por conta própria que produzem um excedente comercializável;
O **emprego informal** engloba o sector informal mais os trabalhadores informais em empresas formais;
A **economia informal** inclui o emprego informal mais as famílias que produzem exclusivamente para o consumo doméstico (principalmente agricultura de subsistência)

Ocupações da economia informal

Vendedores de horário no ar, feirantes, limpadores de para-brisa, catadores de lixo, cabeleireiros, motoristas de táxi motorizados, barbeiros de beira de estrada, transportadores de carrinho, carpinteiros, engraxate, alfaiates, operadores de cozinha de rua, reparadores de bicicletas, remendadores de pneus, artesãos, trabalhadores manuais, trabalhadores agrícolas migrantes... .;

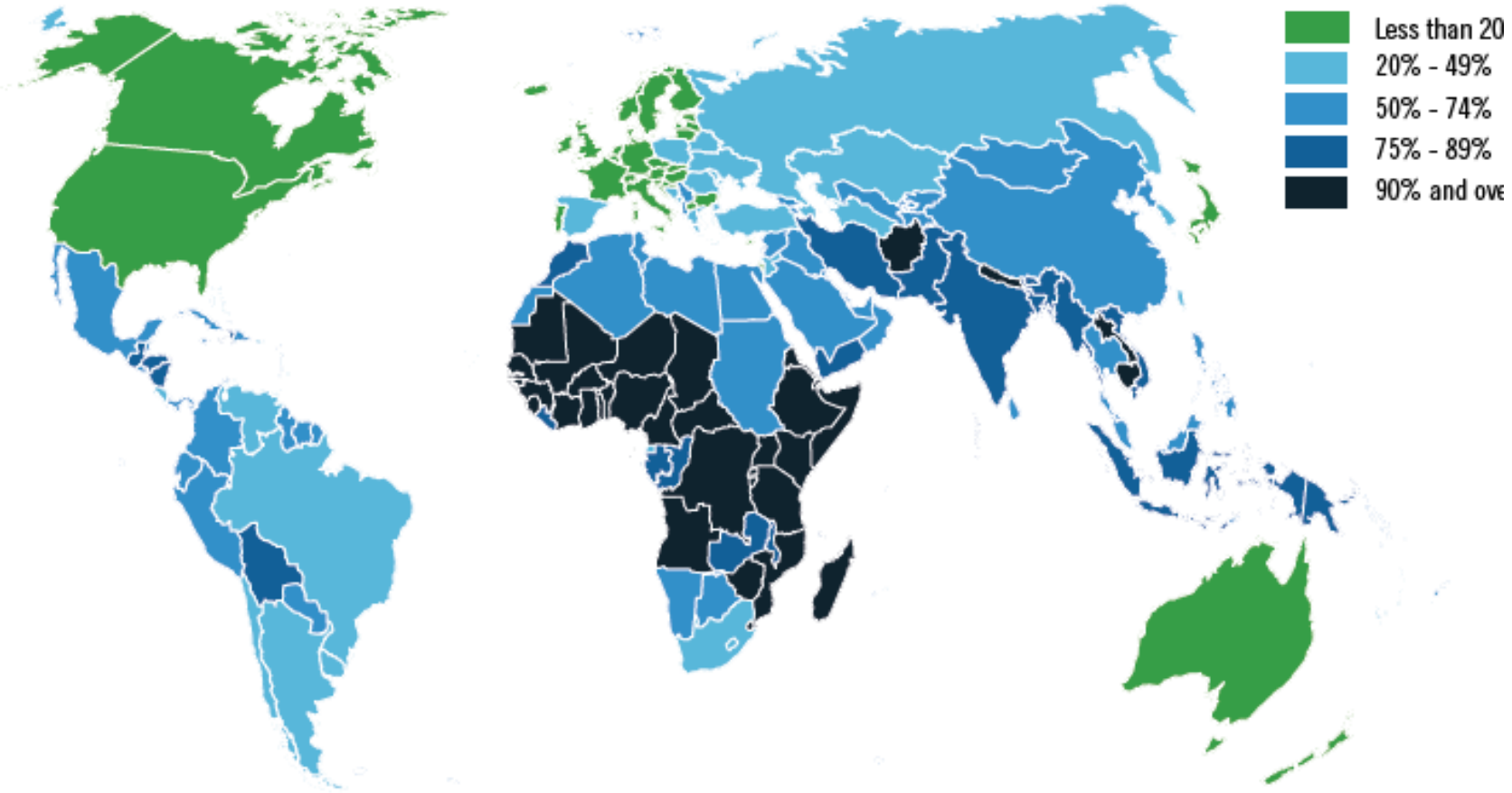
Trabalhadores domiciliares: bordadores, programadores de software, jornalistas freelance,...; empregadas domésticas: empregadas domésticas, cozinheiras, garçons, criados, mordomos, lavadeiras, jardineiros, porteiros, cavalariços, motoristas, zeladoras, governantas, babás, tutores...;

Trabalhadores não registrados em empresas formais;

Traficantes de drogas, contrabandistas, sequestradores de automóveis, doleiros, “facilitadores e aceleradores”... .;

Agricultores de subsistência? Produtores rurais autônomos?

A magnitude da economia informal (2018)



Orientações da política da economia informal

A Agenda de Desenvolvimento Sustentável 2030:

- Meta 8.3 do ODS: formalização de PMEs;
- Meta 8.8 do ODS: direitos trabalhistas e emprego precário;
- Meta 16.7 do ODS: tomada de decisão inclusiva;
- Meta 17.11 do ODS: Parcerias com várias partes interessadas.

Orientação da OIT:

- 2002 Discussão geral sobre economia informal;
- 2008 Discussão geral sobre emprego rural;
- Recomendação de 2015 sobre a formalização da economia informal (R.204);
- Resultado da política de 2018-19 para a economia informal.

Déficits de trabalho decente na economia informal

O trabalho na economia informal é caracterizado por:	Locais de trabalho pequenos e indefinidos
	Condições de trabalho inseguras e insalubres
	Baixos níveis de habilidades e produtividade
	Rendimentos baixos ou irregulares
	Longas horas de trabalho
	Falta de acesso a informações, mercados, finanças, treinamento e tecnologia.
Trabalhadores da economia informal:	Não são reconhecidos, registrados, regulamentados ou protegidos pela legislação trabalhista e previdenciária

Déficits de trabalho decente na economia informal

Empregos e meios de subsistência

Um alto grau de informalidade causa vulnerabilidade e pobreza

Produtividade e renda na economia informal são baixas

Proteção social

Uma alta incidência de informalidade muitas vezes acarreta uma baixa taxa de cobertura de proteção social

As agências de proteção social atendem principalmente aos trabalhadores assalariados dos setores público e privado.

Direitos no trabalho

As leis trabalhistas regulam as relações de emprego formais - não os autônomos da economia informal.

Muitos instrumentos da OIT são aplicáveis à economia informal, mas são difíceis de aplicar.

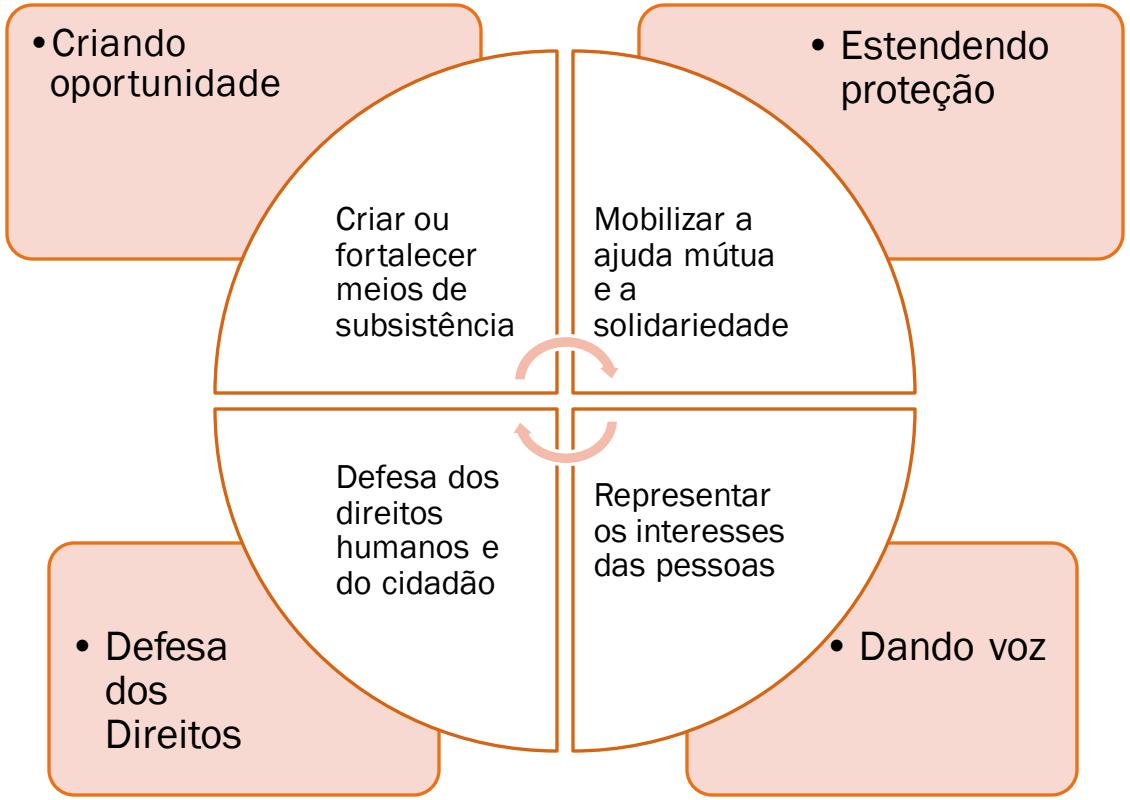
Diálogo social

Tradicionalmente, as organizações de trabalhadores e empregadores recrutam seus membros dentro da economia formal.

Os mecanismos e instituições formais de diálogo social frequentemente excluem a economia informal

O papel da ESS

A Recomendação 204 da OIT (2015) esclarece que as "unidades econômicas" na economia informal incluem unidades da ESS, e que as brasas das unidades da ESS são consideradas trabalhadores ou operadores da economia informal



A ESS e os meios de subsistência

Acesso à mercados, finanças, recursos, instalações, etc.

Economias de escala e escopo.

Processamento conjunto, transporte, abastecimento, marketing

Mediação financeira

As Cooperativas de Contratação de Mão de Obra (LCC) são formadas por trabalhadores qualificados ou não que contratam sua mão de obra em grupo. Por meio do LLC, um trabalhador manual até então isolado pode se beneficiar de economias de escala e escopo e participar de projetos de construção maiores que excedem a capacidade do indivíduo.

Atualmente, a LCC compreende 44.143 cooperativas primárias organizadas em 215 Federações Distritais e 17 Estaduais, envolvendo 2.730.000 trabalhadores e executando obras públicas e privadas no valor de mais de 370 milhões de $ por ano.

A ESS e a proteção

Assistência mútua e seguro

Cuidado comunitário

Cuidar de crianças, idosos, deficientes, doentes

Habitação cooperativa

Em 2003, o Governo de Ruanda introduziu um sistema de seguro de saúde baseado na comunidade e operado por grupos de benefícios mútuos, conectados por meio de um sistema central de supervisão de risco. A contribuição anual varia de 3 a 10 $ por família; é gratuito para famílias que vivem abaixo do limiar da pobreza.

Paralelamente, o Governo melhorou a disponibilidade dos serviços de saúde: cada uma das 15.000 aldeias do Ruanda tem 3 trabalhadores de saúde voluntários que prestam cuidados básicos e podem encaminhar os doentes para 479 centros de saúde locais, para 30 hospitais distritais e para 5 hospitais nacionais.

Graças a essas reformas, a cobertura do seguro saúde aumentou de 7% em 2003 para 80% hoje.

A ESS e os direitos

Ação coletiva para defesa ou reivindicação de direitos.

Construção de alianças com sociedades civis e movimentos com ideias semelhantes.

Fornecimento de aconselhamento jurídico.

Defesa dos direitos dos trabalhadores individuais da economia informal.

Em 2001, a Aliança Nacional de Vendedores Ambulantes da Índia (NASVI, do inglês) começou a exigir uma política nacional de venda ambulante, que acabou sendo aprovada em 2004, assim (i) criando um status legal para os vendedores ambulantes, (ii) fornecendo instalações cívicas para espaços urbanos identificadas como zonas de venda (iii) promoção de organizações de vendedores ambulantes e incentivo à autorregulação dos vendedores ambulantes e (iv) criação de um serviço de planejamento municipal participativo que associe os vendedores ambulantes;

Dez anos depois, o presidente indiano promulgou a Lei dos Vendedores Ambulantes (Proteção do Meio de Vida e Regulamentação do *Vending* Ambulatório) de 2014, que transformou a política em lei.

A ESS e o Diálogo

Negociação coletiva com autoridades e setor privado

Diálogo social

Representação de interesses (locais e nacionais)

Alocação de terrenos ou bancas de mercado / espaços de venda automática

Em seu pico na década de 1980, a indústria têxtil da Nigéria empregou até 500.000 trabalhadores diretamente, tornando-se o segundo maior empregador depois do governo. O Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Vestuário Têxtil e Costura da Nigéria (NUTGTWN, do inglês) tinha então mais de 75.000 membros organizados em 80 filiais de fábricas e 14 zonas. No entanto, devido às reformas econômicas, o emprego assalariado no setor têxtil nigeriano caiu para menos de 20.000 em 2016. A filiação sindical diminuiu drasticamente.

Em 2008, como reação a tal queda, a NUTGTWN abriu as suas portas para alfaiates autônomos que operam na economia informal. Muitos deles já estavam organizados em associações. Em 2016, o número de associados NUTGTWN cresceu para 35.000, com cerca de 15.000 sendo alfaiates autônomos.

Integração horizontal e vertical

Cooperativas locais de comercialização agrícola formando sindicatos regionais para fins de processamento e federações nacionais para comercialização de exportação e outras funções. Órgãos cooperativos globais incluem ICA, ICMIF e WOCCU.

As sociedades de benefícios mútuos primários precisam estabelecer instituições de nível superior em nível regional ou nacional para agrupar os riscos que excedem a capacidade da mútua local. Globalmente, o movimento mútuo é representado por AIM e ICMIF

As associações setoriais da economia informal criam organizações nacionais guarda-chuva, como StreetNet International, WIEGO, a Aliança Global de Catadores de Materiais Recicláveis ou a Federação Internacional de Trabalhadores Domésticos.

As organizações nacionais da economia informal permitem que os atores da economia informal participem do diálogo social, tenham voz na tomada de decisões e defendam seus direitos.

A ESS como ponte

Os operadores da economia informal ingressam em uma organização de ESS, mas permanecem como indivíduos na economia informal

A organização da ESS (se registrada oficialmente) torna-se parte da economia formal e pode, assim, fornecer um ponto de entrada na formalidade para seus membros.